

Por uma história materialista:
notas esparsas sobre
Benjamin

For a materialist history:
scattered notes on Benjamin

Anita Helena Schlesener¹



Resumo: O objetivo deste trabalho é retomar escritos esparsos de Walter Benjamin a fim de refletir sobre o conceito de história e a tarefa do historiador materialista. A dimensão política está em mostrar a necessidade de uma nova história que supere a linearidade progressiva e expresse a articulação de passado e presente. Trata-se de uma investigação bibliográfica centrada em alguns escritos de Benjamin que abre caminho para uma história materialista da cultura. Seguem breves reflexões sobre educação no sentido amplo, como processo formativo que acontece ao longo da vida dos sujeitos.

Palavras-chave: História; política; educação; Walter Benjamin.

Abstract: This text aims to retake Walter Benjamin's writings in order to reflect on the concept of history and the task of the materialist historian. The political dimension is in to show the need for a new history that overcomes progressive linearity and expresses the articulation of past and present. It is a bibliographic investigation centered on some of Benjamin's writings that opens the way for a materialist history of culture. Below are brief reflections on education in the broad sense, as a formative process that takes place throughout the subjects' lives.

Keywords: History; politics; education; Walter Benjamin.



Introdução

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras” (BENJAMIN, 1985a, p. 229).

Melancólico, como outros filósofos da modernidade, Walter Benjamin vislumbrou com grande acuidade os problemas do seu tempo colocando-se no interior do pensamento europeu da época no sentido de elaborar uma crítica radical de uma sociedade que, ameaçada pela guerra, escondia os sinais de uma possível emancipação dos oprimidos. Conforme Adorno (1986, p. 188-189), “sob o olhar de suas palavras tudo se metamorfoseava, como se tivesse tornado radioativo.” Procurando o essencial “ali onde ele não se deixa destilar numa operação automática”, inventa um novo método de filosofar: “O que Benjamin dizia e escrevia soava como se o pensamento assumisse as promessas dos contos de fadas e dos livros infantis, ao invés de recusá-las e repeli-las em nome de uma infame maturidade”.

A crise da modernidade, as vias possíveis da política e da cultura para as classes trabalhadoras, a essência da linguagem, o sentido da história, todos estes temas se entrelaçam no trabalho de Benjamin e se reconfiguram na diversidade dos fragmentos e aforismos escritos ao longo de sua vida, escritos que precisam ser retomados para compreender as múltiplas formas de sua narrativa crítica. Abordar a questão da história do ponto de vista das classes subalternas a partir do pensamento de Walter Benjamin implica pressupor, primeiro, que a memória que redime o passado é também aquela que nos põe diante de uma imagem diversa do tempo: à linearidade expressa na ideia de progresso, de um “fio condutor” da história como o pensava Kant, sobrepõe-se outras ordens, ruínas, catástrofe, barbárie; segundo, que a crise moderna só pode ser resolvida pela coragem combatente das classes expropriadas em criar formas de resistência e fazer a sua leitura da história.

Em outras palavras, a noção de história, em Benjamin, constrói-se articulando o pensamento clássico nas leituras de Freud, Baudelaire, Bergson, Proust, Nietzsche e os escritos de Marx e Engels, confluindo no questionamento radical da estrutura da temporalidade no pensamento moderno e na construção de um novo método de interpretação, que se explicita em uma concepção materialista da história. Tal noção, porém, segue um caminho inverso ao historicismo e se constitui numa crítica ao próprio pensamento marxista da época da



social-democracia alemã, como se constata no ensaio sobre *Eduard Fuchs, o colecionador e o historiador*, considerado como um dos textos preparatórios das *Teses sobre o conceito de História*.

A importância de retomar o pensamento deste autor se encontra no fato de sua crítica radical ao capitalismo se concentrar na noção de história e de história da cultura, como uma narrativa que vivifica o poder dominante e, ao formar o imaginário social, consolida o conformismo e condiciona as estratégias políticas da esquerda alemã de sua época. Num momento de crise orgânica como a que vivemos, a leitura de Benjamin é inspiradora para a renovação do pensamento e a tentativa de novas formas de resistência.

Memória e história

A história revela-se como trama de “fios que apresentam a intromissão de um passado na textura do presente” (BENJAMIN, 1985b, p. 479), que retoma os fios perdidos articulando-os de modo dialético ou como a textura do real que se orienta com rigor pela reminiscência, como uma tapeçaria que se tece no reverso da ação e que, como o trabalho de Penélope, desfaz-se e se refaz por meio da articulação entre o vivido e o lembrado (BENJAMIN, 1985a, p. 37-38).

A temporalidade bergsoniana, submetida ao crivo da crítica, parece tomar forma na Tese 14, na compreensão da história como “um tempo saturado de ‘agoras’” em que destruição e construção produzem-se como “um salto de tigre em direção ao passado”. Tal concepção permite elaborar uma releitura do escrito de Marx, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, para afirmar que tal salto, “sob o livre céu da história, é o salto dialético da Revolução, como o concebeu Marx” (BENJAMIN, 1985a, p. 229-230).

Esse salto no passado ocorre no sentido de reencontrar as possibilidades não realizadas, de ler no que é aquilo que poderia ser, isto é, de buscar no presente o passado enquanto promessa de futuro que se perdeu e que, se revivida, pode redimir a história. Benjamin relê a noção de história de *O Dezoito Brumário* com o entendimento da memória retirado das leituras de Bergson e Proust. Em linhas gerais, segue-se o seguinte percurso:

Para Marx, a compreensão do passado e da tradição se dá como algo que está aí, na memória dos vivos, exercendo uma função negativa, isto é, o passado “assombra como fantasma”, “oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”, interfere no processo de produção do novo e, em alguns momentos da história, atua como um freio da ação, como pensamento que condiciona o imaginário



social que dá sustentação ao processo político. Mas há também a interface, isto é, a tradição interage no movimento da luta de classes e pode atuar tanto no sentido da consolidação do poder da burguesia como na completa reestruturação do poder por meio de uma nova revolução (MARX, 1977, p. 18).

Neste sentido, a formação do imaginário social que dá sustentação ao processo político e se realimenta do passado, pode assumir um caráter progressivo ou regressivo, dependendo da situação histórica e das forças políticas em luta: o contraste entre o trágico e o cômico expressa a diferença entre revolução e restauração. O trágico é a característica básica da contradição histórica e exprime o momento em que a tensão e o conflito chegam a uma situação limite eclodindo num acontecimento que põe termo ao processo em curso, supera a contradição e dá lugar ao novo. O cômico expressa um momento de tentativa de retorno ao passado, dentro de um processo no qual o novo gerou uma situação em que o esforço de restauração do passado no presente já modificado torna-se inócuo e grotesco. Os personagens históricos parecem não perceber que a situação assumiu novas proporções e, por isso, parecem ridículos.

A rememoração do passado assume significados ideológicos diferentes nos dois processos em questão: na tragédia, a ressurreição dos mortos tem a “finalidade de glorificar as novas lutas”, “de engrandecer na imaginação a tarefa a cumprir”, isto é, desempenha a função de impulsionar a ação; tem ainda a função de ocultar os limites do projeto presente, de dar aos líderes as ilusões necessárias para “esconder de si próprios as limitações burguesas de suas lutas”. A comédia caracteriza-se como um momento em que, no movimento da luta de classes, a classe social que perde seu domínio tenta reconquistá-lo apoiando-se nas classes mais conservadoras e ressuscitando os momentos privilegiados do seu passado. Apresenta-se como fuga das contradições postas pelo presente, ou seja, o passado alimenta o imaginário ideológico dos atores em presença: “os fantasmas da velha revolução andam por todo canto”, todo um povo que pensava impulsionar-se para diante “se encontra de repente trasladado a uma época morta”, isto é, lançado num processo de restauração (MARX, 1977, p. 19). Por outro lado, a restauração coloca também a possibilidade de desmistificar a própria função do Estado no domínio burguês, no sentido que a democracia burguesa se constitui num mero mecanismo de exercício do poder de controle das forças em luta, instrumento do qual se pode abrir mão para manter o poder e consolidar a dominação.

Marx também segue a senda da ação da memória no presente e percebe a complexidade da formação do imaginário social, no entrecruzar de lembrança



e esquecimento. Em alguns momentos de *O Dezoito Brumário* a memória parece operar de modo inconsciente, visto que, no auge da ação renovadora, no momento crítico e revolucionário que caracteriza a tragédia, os homens “conjuram em seu auxílio os espíritos do passado”, tomam de empréstimo suas palavras de ordem, seus símbolos e suas vestes, no sentido de dar sustentação ideológica ao ato que realizam (MARX, 1977, p. 17-19). É como se, nesse momento, a evocação do passado, retomado para impulsionar a ação, também atuasse como um freio a definir o projeto presente. “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem”, mas sim sob as condições “legadas e transmitidas pelo passado”, ou seja, o passado parece atuar como um entrave que impede a compreensão do novo e, como na aprendizagem de uma nova língua, só pode ser superado pelo esquecimento do antigo e pela assimilação consciente e crítica do novo já presente (MARX, 1977, p. 17-18). Marx constata, na análise das relações de forças que constituem o processo da revolução francesa e no movimento político que se produz de 1848 a 1852, que o modo de pensar consolida-se e se enraíza de tal modo que sua mudança é mais lenta que o processo levado a efeito pela ação revolucionária e esse descompasso pode se constituir em entrave para a própria ação. Trata-se de apreender as dimensões da ideologia e dos limites que tais condicionantes impõe na compreensão do presente. Para Marx, a verdade implica relacionar a reprodução da vida material com a reprodução da consciência, sendo que esta pode funcionar como grilhão invisível que define a ordem social e delimita o impulso para a ação; é a experiência revolucionária que pode redefinir caminhos.

Para Benjamin o passado possui uma grandeza porque guarda sinais do futuro não vivido, isto é, das possibilidades desejadas, frustradas, sufocadas, reprimidas; a memória instaura o elo criador entre gerações à medida que possibilita retomar tais sinais que permitiriam reconstruir o presente. A tradição dos vencidos, a ser retomada a partir das lutas presentes, assume um novo papel porque é portadora dos sinais históricos, em grande parte inconscientes, da experiência perdida, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo.

Ao reverter a leitura para superar o continuum da história, Benjamin mostra o modo como a memória nos permite o acesso aos eventos do passado e, no limiar entre sonho e vigília, nos meandros do inconsciente, aciona o impulso à transformação revolucionária. Tal mudança implica pensar a história sob a forma da descontinuidade e a tradição como aquilo que, esquecido mas ainda presente, pode ser a energia construtora de uma nova realidade. Um presente que traz a possibilidade de concretizar a eterna promessa de felicidade.



Tal promessa pode ser entendida como a busca de uma felicidade elegíaca, como “eterna restauração da felicidade primeira e original” que, em Proust, “transforma a existência na floresta encantada da recordação” (BENJAMIN, 1985a, p. 39), constituindo-se numa tarefa infinita e sempre recomeçada, fonte de renovação da história: para nosso autor não se trata de entender o passado como de fato foi, mas sim de identificar seus sinais no presente para a partir daí construir o futuro; a memória abre a possibilidade de reconhecer os rastros do passado no presente, permitindo superar na ação as contradições que nos foram deixadas. O passado deixa de ser peso morto, como em Marx, para abrir as possibilidades de uma nova experiência, como a felicidade prometida pela própria sociedade moderna, nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Essa promessa poderia ser cumprida, visto que o sistema capitalista gerou as condições de possibilidade de sua realização, mas concretizá-la exigiria romper com a estrutura social vigente, abolindo o próprio capitalismo.

Benjamin revelou-se um grande leitor de Marx, ao mostrar que as mudanças que ocorrem a partir da estrutura interna do sistema capitalista não geram perspectivas de transformação, mas atuam como reforço e sustentação do próprio sistema. Nessa leitura, Benjamin efetua a crítica às formas de historicismo vigentes em sua época por meio da desconstrução dos fundamentos do que se constitui um pseudo-devir, isto é, a ideia de uma história universal e progressiva, a ideia de que a história seja possível de narrar a partir de eventos e da memória de grandes personalidades (causalidade) e, finalmente, o mais forte pilar do historicismo que é a identificação da história com a ação dos vencedores. Para Benjamin, nas *Teses sobre o conceito de História*, a fantasmagoria não vem do passado, mas se expressa na crença incondicional no progresso, base da política social-democrata, que se “contentou em atribuir à classe trabalhadora o papel de redentora das gerações futuras” cortando-lhe, com isso, “o tendão de suas melhores forças” (BENJAMIN, 1985a, p. 228-229).

No fundo, trata-se de liberar o materialismo histórico de duas noções que alteram o projeto político revolucionário: a de progresso e a de causalidade, como pressupostos inquestionáveis da história em sua marcha racional, automática e irresistível em direção ao futuro. A ideia de progresso oculta a verdadeira natureza das relações que se instauram na sociedade moderna: dá a impressão do movimento na forma do desenvolvimento técnico para fins humanos, quando o que realmente acontece é a eterna repetição do mesmo, nas estruturas de poder e na repressão, característica de todas as formas de Estado, bem como das diversas formas de prisão (sociais ou psicológicas) que



envolvem o indivíduo. A noção de causalidade, implícita na ideia que considera a base econômica causa determinante do funcionamento da sociedade, instaura uma relação de continuidade histórica e impossibilita romper com a cadeia de dominação restringindo a prática revolucionária: para Benjamin, “as condições econômicas de uma sociedade expressam-se na superestrutura, assim como, ao dormir, um estômago repleto não se reflete, mas sim se expressa no conteúdo do sonho”, ainda que o (estômago repleto) seja a condição ou “causa” do pesadelo (BENJAMIN, 1991, p. 495). Na verdade, a causalidade atua no sentido de simplificar relações complexas lançando as classes trabalhadoras numa espécie de fantasmagoria do tempo. Tal postura anula o devir, cuja principal característica é o imprevisível, para dar lugar à eterna repetição do mesmo estabelecendo um traço comum com o modelo historiográfico burguês, na ideia de uma temporalidade homogênea e vazia.

Ao mostrar que o passado e o futuro estão no presente, na diversidade e na complexidade da história, Benjamin redefine as bases da própria dialética, no modo como era entendida pela Social-Democracia Alemã: “dizer que o método dialético trata de situações históricas concretas não é o bastante” (BENJAMIN, 1991, p. 494). A dialética define-se na relação interna entre a estrutura ou o modo de produção e a história da cultura, sendo o presente um momento repleto de significações, no qual o “passado atinge um grau de atualidade” mais alto até que em seu próprio tempo, que não resulta do encadeamento de causas, mas sim de um conjunto dinâmico de relações. O que se pretende é uma nova compreensão do presente, possível a partir da inscrição do passado no presente, como acontecimento cercado de possibilidades truncadas, de promessas não vividas e ainda latentes. A pergunta sobre a concretude não pode ser respondida “no interior da ideologia do progresso, mas somente em uma visão da história que a ultrapasse em todos os sentidos” (BENJAMIN, 1991, p. 495). As condições de possibilidade dessa abordagem são postas pela memória, que recompõe o passado no instante e cuida dos detalhes, do que foi tomado como insignificante no âmbito do sistema, para visualizar as potencialidades reais que estão latentes na situação atual e construir uma nova imagem do presente e da história.

Uma das referências de Benjamin para a crítica à concepção historiográfica predominante na esquerda social-democrata é precisamente Engels. As ideias de Engels, para Benjamin, possuem uma força dialética que permite romper com o tempo vazio do historicismo. A partir delas, o materialista histórico pode fazer com que “a época salte fora da continuidade histórica coisificada, que a



vida salte fora da época e a obra, da obra de uma vida”, o que permite estabelecer uma experiência única com o passado e “liberar as poderosas forças” de ruptura que esta situação apresenta (BENJAMIN, 1985b, p. 487).

Liberar o materialismo histórico dos esquemas de progressão e de causalidade a fim de abrir novas possibilidades de atuação e de interpretação histórica. Desobstruir e criticar para abrir caminhos, questionar sempre, “estar sempre na encruzilhada”, esta é a posição do historiador materialista. A técnica de montagem de fragmentos como se construísse mosaicos, o começar sempre de novo, como Penélope a entrelaçar os fios na sua interminável tecelagem ou o desconstruir e reconfigurar os objetos sempre outra vez como nas brincadeiras infantis, são alguns aspectos da proposta benjaminiana de uma forma peculiar de ler a história, que torna a tarefa do historiador materialista semelhante ao trabalho de escavação do arqueólogo e estabelece afinidades entre a função de decifrar a história e a paixão do colecionador, a sensibilidade do poeta e a expressividade do narrador, a persistência do jogador e a contemplação do flaneur. Afinidades que se traduzem no decifrar sentimentos, refazer o traçado da cidade, criar imagens e constelações, redimensionar o espaço e desvelar as impressões incorporadas à memória. Trata-se, na verdade, de redefinir o papel do intelectual numa sociedade que transforma também a crítica em mercadoria.

Tal figura de intelectual esboça-se no ensaio sobre Eduard Fuchs, jornalista, escritor, caricaturista, historiador e, principalmente, colecionador de obras de arte e caricaturas. O trabalho de Fuchs insere-se no materialismo histórico ocupando-se de questões relativas à história da cultura e é considerado por Benjamin “pioneiro de uma reflexão materialista sobre a arte”, graças à “sua sensibilidade mais ou menos clara da situação histórica em que ele (Fuchs) se via inserido” (BENJAMIN, 1985b, p. 465). Dedicar-se a esta reflexão implicava para Benjamin tanto confrontar-se com o pensamento e a ação dos políticos de esquerda da época, dirigentes da Social-Democracia, quanto com o historicismo, este expresso na versão burguesa e na forma do determinismo marxista.

Benjamin analisa as obras de Fuchs tendo como contraponto uma carta de Engels a Mehring, escrita em 14 de julho de 1893, para separar Engels da interpretação determinista que a social-democracia atribuía a seus textos e apresentá-lo como um crítico das ideias de desenvolvimento e progresso, base da ilusão burguesa do determinado e universal. A concepção determinista firmava-se num acentuado otimismo, relegando a segundo plano a crítica ao sistema vigente e obstruindo “a perspectiva da barbárie inicial que Engels vislumbrou em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”, e que Marx



também acentuou, “no seu prognóstico do desenvolvimento capitalista”. Tal perspectiva crítica, que se perdeu na prática social-democrata, revivia na análise materialista dos fatos da cultura (BENJAMIN, 1985b, p. 488).

Por uma história materialista da cultura

No confronto entre a representação burguesa, um dos aspectos do ensaio sobre Fuchs, elabora-se uma reflexão sobre o lugar da história da cultura no contexto do materialismo histórico e sobre a abordagem dialética da história, que tem como preço a renúncia à atitude tranquila e contemplativa do objeto, como imagem eterna do passado, própria do historicismo, para entender o passado como “uma sobrevivência do compreendido, cujas palpitações são sensíveis até o presente”. A “tarefa do materialismo histórico é efetivar esta experiência com a história, (experiência) que é originária para qualquer presente”. É a sua forma de romper o “continuum da história” e as condições de possibilidade dessa abordagem são postas pela memória, que recompõe o passado no instante e permite perceber detalhes, aquilo que o conhecimento relegou como insignificante (BENJAMIN, 1985b, p. 467-469).

Ou seja, o pressuposto básico do materialismo histórico na leitura de Benjamin não é o de progresso, mas o de atualidade; e o método, o de salientar a materialidade do passado no presente. O historiador materialista, como o poeta ou o colecionador, retira as coisas de seu lugar habitual, para que possam assumir novas significações. As condições de possibilidade dessa abordagem são postas pela memória, que recompõe o passado no instante e cuida dos detalhes, do que foi tomado como insignificante no âmbito do sistema, para construir uma nova imagem justapondo elementos isolados e heterogêneos. “O valor desses fragmentos de pensamento é tanto maior quanto menor a sua relação imediata com a concepção básica que lhes corresponde”. E Benjamin salienta que esse “trabalho microscópico”, essa “imersão nos pormenores do conteúdo material” apresenta um “teor de verdade” que corresponde à materialidade buscada pelo pensar dialético (BENJAMIN, 1985c, p. 51). O que se espera de uma ciência histórica é que desvele a trama do passado que se esconde na urdidura do presente (BENJAMIN, 1991, p. 479), buscando com perseverança o detalhe e o fragmento. É desse modo que o novo pode nascer das possibilidades infinitas que nos coloca a tradição.

A originalidade do trabalho de Fuchs enquanto colecionador revela-se no modo de selecionar os objetos retirando-os do lugar em que os encontrava



(o mercado), com o objetivo de restituir à obra de arte a sua existência na sociedade. Tal existência põe-se na reconstrução dos laços que ligam o objeto ao momento de sua emergência, entrelaçando a temporalidade da obra com a tradição enquanto legado e com as novas significações vislumbradas no âmbito da contemporaneidade. Reduzida a uma mercadoria entre outras, a obra em geral está distante tanto dos que a haviam produzido quanto dos que poderiam entendê-la. O colecionador seleciona o objeto e, ao inseri-lo em sua coleção, o transfigura e o abstrai de seu caráter de mercadoria para mostrá-lo como criação de uma época que revive no nosso olhar como obra e como expressão de um tempo cujo significado ressoa no presente como sentido sempre renovado. No fundo, na sociedade burguesa, esta função apresenta-se como um trabalho de Sísifo. Ao atribuir ao objeto apenas um valor afetivo, o colecionador sonha não apenas com o passado, mas também com um mundo melhor, no qual os homens se despojem das amarras das necessidades e liberem as coisas “da obrigação de serem úteis” (BENJAMIN, 1977, p. 178).

As afinidades que se instauram entre o historiador materialista e o colecionador esboçam-se em dois fragmentos: *Desempacotando minha biblioteca* e o já citado *Eduard Fuchs*. No primeiro, temos uma descrição do “relacionamento do colecionador com seus pertences” ou das “diversas maneiras de adquirir livros”. E o processo de descrição revela a primeira semelhança: “toda paixão confina com um caos e a de colecionar, com o das lembranças” (BENJAMIN, 1987, p. 227-228). No segundo, a relação da atividade dos grandes colecionadores, como Fuchs, que “se distinguem pela originalidade com que selecionam seus objetos” e descobrem novas fontes, é comparada à leitura do presente, própria do materialista histórico (BENJAMIN, 1985a, p. 502).

Os rituais de aquisição de livros e de formação da coleção evidenciam que o colecionador vive uma “tensão dialética entre os polos da ordem e da desordem”. E, no esforço de procurar enriquecer a coleção e liberar as coisas de seu valor funcional e utilitário, o colecionador torna-se um “fisiognomista do mundo dos objetos – intérprete do destino”, descobre nos objetos o seu passado remoto, renova o velho atribuindo-lhe nova significação (BENJAMIN, 1987, p. 228).

Para o colecionador, a posse é “a mais íntima relação que se pode ter com as coisas”, pois é dessa forma que se vive nelas. É interessante como Benjamin acentua a afinidade entre a atitude do colecionador e o modo como a criança “decreta a renovação da existência” das coisas por meio do colecionar, pintar, recortar e colar figuras. O trato com o objeto é semelhante, “desde o tocar até o dar nome às coisas”. Tal como a criança que descobre e interpreta o mundo



por meio de seus guardados em gavetas, arcas e caixas, a ação do colecionador deve orientar-se pelo propósito de “renovar o velho”, de tal modo a “tornar-se seu dono” (BENJAMIN, 1987, p. 228-229).

Colecionar significa reviver, renovar, reinterpretar, buscar as dimensões longínquas e esquecidas da realidade histórica, retirar do contínuo em que se encontram os objetos para dar-lhes uma nova significação. Esta atitude, no entender de Benjamin, também é própria do historiador materialista no contexto da nova perspectiva histórica que ele propõe: cada objeto selecionado contém a imagem do mundo, que se revela em sua força visceral quando é extraído do contexto habitual para ser reconfigurado. Este era também o método de criação de Baudelaire: o poeta, como o trapeiro, catava pela cidade restos de rimas, “restos do dia que passou”, tudo o que a cidade “jogou fora”, tudo o que “se perdeu”, o insignificante, o desprezível, sinais da desordem. que o poeta registra e coleciona (BENJAMIN, 1987, p. 228).

E a relação de semelhança vai mais além: podemos acrescentar-lhe a atividade do arqueólogo, que mapeia o solo, escava, seleciona, peneira, compõe fragmentos. manuseando a enxada de modo “cauteloso e tateante na terra escura”: quem “pretende se aproximar do passado soterrado deve agir como um homem que escava”. Sobretudo, “não deve temer voltar sempre ao mesmo fato” e “revolvê-lo como se revolve o solo. Pois “fatos’ nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação”. As imagens, “desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos do nosso entendimento tardio”, são “igual a torsos na galeria do colecionador” (BENJAMIN, 1987, p. 239).

No fundo, historiador, poeta, arqueólogo e colecionador buscam sinais do passado no presente, retornam sobre um objeto para reconstituí-lo, selecioná-lo, peneirá-lo, inseri-lo em um novo contexto de interpretação. Ao recordar o percurso intelectual de Fuchs Benjamin acentua o modo como Fuchs trabalhava o material histórico que, “arado pela dialética marxista”, convertia-se em “solo em que brotam as sementes” que o presente nele lançou (BENJAMIN, 1991). A diferença é que o solo em que o historiador escava é a própria memória.

Para completar o círculo, salientamos que aqui se estabelece a afinidade com o narrador, já apontada por Proust em *O Tempo Redescoberto* e acentuada por Benjamin não apenas com relação a Leskov, mas também identificada na atividade de Heródoto, cujo relato é entendido não como mera informação de fatos, mas como uma narração que objetiva despertar a admiração e a reflexão



do leitor. A narrativa não esgota o fato e, com isso, ela própria também não se esgota, mas “conserva a força reunida em seu âmago e é capaz de, após muito tempo, se desdobrar” e “oferecer espaço para outras explicações” (BENJAMIN, 1987, p. 276).

A posição de Benjamin ante o historicismo aflora com clareza nesses escritos, na constatação de que se ilude e se priva do melhor aquele que “só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho”. Não é o fato ou o objeto em si que se apreende, mas com ele o todo em volta, além de seu significado para o nosso tempo. As verdadeiras lembranças não devem servir como mera informação, mas sim “indicar o lugar exato onde o investigador se apoderou delas”. Uma verdadeira lembrança deve, “ao mesmo tempo, fornecer uma imagem daquele que se lembra, assim como um bom relatório arqueológico deve indicar tanto as camadas das quais se originam os achados”, quanto o espaço e as camadas atravessadas para chegar ao objeto (BENJAMIN, 1987, p. 239).

Se o colecionador ressignifica os objetos ao retirá-los do contexto do mundo das mercadorias para inseri-los na história, o historiador materialista retira os fatos de uma ordem causal e contínua para reconfigurá-los em uma nova constelação na qual esses fatos assumem um novo sentido; o arqueólogo, por sua vez, procura reconstruir os significados que se perderam ao longo de um processo de civilização, identificando-os nos restos soterrados e nos rastros deixados no terreno. Ao subtrair os fatos do continuum histórico, quem coleciona, escava ou recorda torna-se tributário do passado, que assume novos sentidos. Nessa tarefa, a memória não é um instrumento: é, antes, o meio que permite reviver, reconstruir, desprender o sentido implícito.

A crítica radical ao pseudo-devir historicista coincide com a crítica à modernidade como mundo de ilusões e fantasmagorias. O historiador materialista persegue o objetivo de desvelar os momentos cruciais do processo histórico, os segredos escondidos, os detalhes singulares esquecidos, que se perdem na aparência das coisas e que podem revelar a verdadeira estrutura da modernidade.

O trabalho de Fuchs traz as marcas e expressa os paradoxos de seu tempo, isto é, participa da problemática que enfrenta a sua época e que é “inseparável da história da cultura”. A obra do passado não apenas não está concluída como seus desdobramentos também dependem da leitura do historiador materialista, para quem o conceito de cultura sempre aparecerá problemático porque a dialética materialista só se completa com o momento destrutivo e,



este, não é representado na história da cultura. Os teóricos social-democratas não perceberam o lado destrutivo do progresso porque “eram estranhos ao lado destrutivo da dialética” (BENJAMIN 1985b, p. 476-477).

Em Fuchs, Benjamin identifica a retomada de um pensamento que se estendeu de Marx a Bebel e que se caracterizou por uma “força de ruptura” que a prática e o discurso social-democrata conseguiu sufocar. Uma “força explosiva” ... que “coloca em questão o fechamento dos diferentes domínios do saber e de sua formação” (BENJAMIN, 1985b, p. 467). O historiador materialista que Benjamin encontra em Fuchs é aquele que tenta descobrir os rastros do passado no presente. Para tanto, é preciso firmar-se em uma nova concepção de temporalidade que supere o tempo mecânico e cronológico e se delineie como duração concreta e criadora da vida, composta de momentos significativos que se fundam nas imagens esmaecidas preservadas na memória.

Na atividade do colecionador, na pesquisa do arqueólogo, na descoberta dos sinais do passado no presente, na afinidade da produção poética com o trabalho do catador de lixo, encontramos a mesma proposta paradigmática que se delineia na brincadeira infantil e na atração da criança por detritos. E o próprio autor fez dessa orientação a sua meta de trabalho: “Método desse trabalho – montagem literária. Não tenho nada a dizer, apenas a mostrar. [...] Porém, trapos e detritos, estes eu não quero inventariar sem fazer-lhes justiça da única maneira possível: aplicando-os” (BENJAMIN, 1991, p. 574).

Esse é também o elemento a juntar ao método marxista a fim de lhe dar clareza e concretude: “adotar, na história, o princípio da montagem”. Este se constitui em recortar com precisão minúsculos elementos que possibilitem reconstruir a história; “descobrir, na análise do pequeno momento singular, o cristal do acontecimento total”; também “romper com o naturalismo histórico popular”. É na estrutura do momento que se pode apreender a construção da história enquanto tal (BENJAMIN, 1991, p. 515).

Mostrar detritos, reorganizá-los a fim de trazer à tona novas significações: quando os fatos são arrancados da continuidade histórica, perdem a sua significação habitual e aparecem em sua materialidade, resíduos sensíveis que se desvelam prenes de significados. Aprender com o colecionador e com o poeta a retirar “as coisas de seu contexto habitual” ou com o arqueólogo que cautelosamente tateia na terra escura e reconstrói a imagem de um tempo que se perdeu, Benjamin nos aconselha a forma “monadológica” de abordar o mundo. Tomando a definição de mônada de *O Drama Barroco Alemão*, temos que “a ideia é monada – significa brevemente: cada ideia contém a imagem do mundo”



(BENJAMIN, 1985c, p. 228). Benjamin acentua que tal imagem é evanescente e se renova a cada novo presente, ou imagem fulgurante reconhecida no agora, e que, vislumbrada em momento de perigo, pode tanto ser signo de salvação como perder-se para sempre, no conformismo, gerado pelo discurso da continuidade histórica. Cabe ao historiador perseguí-la com insistência e capturá-la.

Nesse contexto, não se pode aplicar um método simplificado, ou instrumentos formais de demonstração da verdade. “Método é caminho indireto, é desvio. (...) Incansável, o pensamento começa sempre de novo e volta sempre, minuciosamente, às próprias coisas” (BENJAMIN, 1985c, p. 50). Trata-se de um novo paradigma que implica um novo pensar, que se mescla com o desejo e o sonho, que se tornam obscuros no contexto da razão controladora.

A imagem da “ordem” expressa-se em uma história que se instituiu para satisfazer os objetivos e interesses das classes dominantes e que responde às necessidades de uma vida voltada para a produção e o consumo. Com efeito, se o domínio da burguesia não se estabelecesse, as adversidades da história não poderiam ocupar o pensador mais que “um caleidoscópio nas mãos de uma criança, nas quais a cada movimento de rotação o conjunto bem ordenado dá lugar a uma nova ordem”. Na verdade, o conceito de classe dominante sempre foi o “espelho graças ao qual se constituiu a imagem de uma ‘ordem’.” (BENJAMIN, 1991, p. 428).

Escavar, colecionar, vislumbrar “mônadas”, figuras, imagens do mundo que, aliadas à proposta de quebrar o caleidoscópio, sugerem que é necessário romper com uma concepção de mundo e uma ideia de verdade que, tomadas como pressupostos inquestionáveis, orientam a noção de devir e de história. Como acentua Susan Buck-Morss, “o poder distorce a visão dos céus, impondo seus pesados telescópios sobre certas áreas”, ampliando sua importância e obstruindo ou obscurecendo outros cenários. “Tal poder não é apenas imposto pelo Estado”, mas se aloja na estrutura do próprio trabalho intelectual, nos hábitos consolidados, na visão cotidiana do mundo. É necessário recusar “as cadeias dos signos astrológicos dominantes”, modificar os céus da história por meio do desvelamento de novas constelações (BUCK-MORSS, 2000, p. 51).

Considerações finais

A proposta benjaminiana consiste em buscar outros caminhos, diferentes linhas de orientação, que expressem uma nova temporalidade: o lúdico e o mágico, próprios do universo infantil de descoberta do mundo, assim como



o dionisíaco, na experiência da embriaguez, ou como o conhecimento por meio de semelhanças, que abrem a multiplicidade de caminhos possíveis de interpretação da história. E a imagem da infância permeia todos eles.

Trata-se de escrever uma história materialista da cultura para evidenciar as lutas dos oprimidos e explicitar como as relações de poder se concretizam no modo como a “elite dominante se apropria”, por vários meios, da “cultura anterior e a integra a seu sistema de dominação social e ideológico”, ou seja, para Benjamin a “história da cultura precisa ser integrada à história da luta de classes” (BENJAMIN, 1997, p. 1240).

As Teses sobre o conceito de História, principalmente a de número 12, salienta que o “sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida”. Deve ter em conta que “em Marx, ela aparece como a última classe escravizada, como a classe vingadora que consuma a tarefa de libertação em nome das gerações derrotadas” (BENJAMIN, 1985a, p. 228). Esta ação só é possível rompendo o horizonte ideológico do continuum da história, a história dos vencedores. Os elos entre história, política e educação se esclarecem quando se entende que a educação perpassa a nossa formação ao longo da vida e que esta, a vida, se constrói no contexto social, sempre com uma dimensão política.

Referências

ADORNO, Theodor. *Caracterização de Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1986. (Grandes Cientistas Sociais).

BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1991. v. 1.

BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften I*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1997. v. 1-2.

BENJAMIN, Walter. *Illuminationen*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1977.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985a.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas II: rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften II*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1985b. v. 1-2.



BENJAMIN, Walter. *Origem do Drama Barroco Alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1985c.

BUCK-MORSS, Suzan. Walter Benjamin: entre moda acadêmica e avant-garde. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 10, p. 48-63, 2000.

MARX, Karl. *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Notas

¹Professora Adjunta da Universidade Tuiuti do Paraná. Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5185-2604>.

Anita Helena Schlesener
Por uma história materialista:
notas esparsas sobre Benjamin